

A INFLUÊNCIA DAS IFRS NOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO BRASIL DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO

**Aurileide Teixeira do Nascimento
Camila Cintra Soares
Evelyn de Siqueira Prevedel
Reginaldo Mateus de Freitas**

Orientadora: Marta Cristina Pelucio Grecco

RESUMO: A padronização das normas contábeis em nível mundial tem como objetivo atingir todos os usuários envolvidos de forma a beneficiá-los, tornando o Brasil um mercado mais atrativo aos investidores, gerando assim um novo empuxo do mercado de capitais, possibilitando maior credibilidade nas informações contábeis e, portanto, maior número de investimento nas empresas aqui localizadas. Portanto, faz-se necessário um campo de pesquisa que possa nos apresentar como resposta, se os benefícios esperados e esforços empenhados para adaptação as IFRS geraram retorno ao mercado brasileiro. Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar as demonstrações financeiras, em especial o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, e dados secundários obtido na BM&F Bovespa das empresas listadas no Novo Mercado brasileiro, com o intuito de responder qual a influência das IFRS no investimento direto estrangeiro das empresas situadas no Brasil. Nessa perspectiva, as evidências indicam que a adoção as IFRS são relevantes para o mercado de capitais brasileiro. Isso significa que há indícios que indicam que essa adaptação, alteram as expectativas dos investidores acerca dos lucros futuros da empresa e, por conseguinte, aumentam seus investimentos.

Palavras-Chave: IFRS, Investimento Direto, Demonstrações Financeiras e Relatórios Financeiros.

Introdução

A busca constante pela melhor forma de se expressar é uma característica da humanidade, no mundo dos negócios isso não poderia ser diferente. A ciência contábil, que se trata de uma ciência social aplicada, cumpre o seu papel e evolui acompanhando a sociedade contemporânea.

No final dos anos 90, segundo Choi, Frost e Meek (1999, p. 250), a internacionalização das normas contábeis recebeu muitas críticas, alguns diziam que isto era uma definição muito simples para uma solução complexa, nesta época duvidava-se que uma norma global pudesse ser flexível o suficiente para lidar com as diferenças nacionais, como tradições e o ambiente econômico.

Atualmente, a sociedade pós-globalizada, onde os capitais praticamente desconhecem fronteiras na busca pelas melhores alternativas de investimentos, cresce a importância da comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas, para facilitar a comunicação entre estas e seus investidores (SOUZA, 2009, p.10).

De fato, a globalização dos mercados e das economias, é um fenômeno que provoca impacto significativo no mercado financeiro de hoje. Essa mudança gerou a necessidade de implantar modelos e princípios contábeis e financeiros que sejam utilizados e compreendidos pelos diferentes usuários de informações financeiras em todo o mundo e facilitem a comparação e consistência dessas informações (ROMANI, 2009, p. 11).

Em evolução a esse novo ambiente, foram criadas entidades capazes de atender a essas novas necessidades. As IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*), que são normas contábeis internacionais emitidos pelo Comitê de Padrões de Contabilidade Internacional - IASB (*International Accounting Standards Board*) visa à harmonização dos relatórios contábeis no âmbito mundial, que segundo Weffort (2005, p. 25) trata-se de eficaz agente de desenvolvimento econômico e o principal - conquanto de longe não o único - veículo de exposição de boas empresas a mercados investidores.

Atenta-se para o fato de que o objetivo da contabilidade é fornecer um conjunto de demonstrações financeiras para os usuários indeterminados com relação à riqueza, ou relações econômicas da empresa (HENDRIKSEN, 1971, p. 59) e que essas por sua vez, são regulamentadas através de normas para garantir a confiabilidade ao público nas informações prestadas, bem como sua comparabilidade com outras empresas (GRECCO, 2014).

Adicionalmente, a padronização das normas contábeis em nível mundial tem como objetivo atingir todos os usuários envolvidos de forma a beneficiá-los, tornando o Brasil um mercado mais atrativo aos investidores, gerando assim um novo empuxo do mercado de capitais, possibilitando maior credibilidade nas informações contábeis e, portanto, maior presença de capital estrangeiro na bolsa de valores. Isso poderá trazer, especialmente,

investidores institucionais, como os fundos de investimento e de pensão, além de outros, que poderão ver no Brasil menor risco em função desse novo ambiente regulatório (GRECCO et al., 2013).

No ambiente econômico, meios de mensuração tais como a hipótese de mercado eficiente, o modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), assim como o custo ponderado de capital (CMPC), e a metodologia do estudo de eventos, tornaram possíveis os testes empíricos das práticas contábeis adotadas, ou seja, se tornou possível testar a utilidade das demonstrações contábeis para o mercado de capitais conforme afirmado por Lima (2010).

Isso intensificou os estudos que relacionavam a divulgação das informações contábeis com a variação dos preços das ações, com o objetivo de verificar se as informações disponíveis são relevantes para os usuários, porém no Brasil esses estudos são escassos e recentes (LIMA, 2010, p.8).

Portanto, faz-se necessário um campo de pesquisa que possa nos apresentar como resposta, se os benefícios esperados e esforços empenhados geraram retorno ao mercado brasileiro. Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar as demonstrações financeiras, em especial o Balanço Patrimonial, a Demonstração Financeira e a DMPL (Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido), e dados secundários obtido na BM&F Bovespa das empresas listadas no Novo Mercado no mercado brasileiro, com o intuito de responder “Qual a influência das IFRS no investimento direto estrangeiro das empresas situadas no Brasil?”

Isto contribuirá para o meio acadêmico, corpo docente e discente que poderão valorizar a grade de ensino e destacar a importância e impacto dessas demonstrações no mercado, assim como as melhores práticas para montar essas informações; para os investidores, que poderão explorar mais as informações contábeis e adotá-las como métrica de avaliação das empresas; para os profissionais contábeis e para as entidades reguladoras, que poderão se atentar a relação das demonstrações contábeis com o desenvolvimento econômico.

Para isso, este artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2 será discutido a literatura sobre o tema e as hipóteses a serem testadas; na seção 3 será abordado o modelo de pesquisa adotado, incluindo a métrica de divulgação, amostra, coleta de dados e

determinação dos testes; na seção 4 constará os resultados; e na seção 5 a conclusão do estudo.

1. Referencial Teórico

1.1. Cronologia: Normas Internacionais de Contabilidade

A informação contábil tem se mostrado uma excelente aliada de entes reguladores e investidores que buscam maior transparência, comparabilidade e previsibilidade das informações disponíveis no mercado, por isso em 1973 foi criado o comitê de pronunciamentos contábeis internacional, o IASC (*International Accounting Standards Committee*), composto por organismos profissionais de contabilidade dos países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido, que tinha como objetivo formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser mundialmente aceito (SEGET, 2008).

Em sua trajetória emitiu os IAS (*International Accounting Standard*), que são as primeiras publicações de pronunciamentos contábeis internacionais, muitas existem até hoje (SEGET, 2008).

Em 1997 foi criado o SIC (*Standard Interpretations Committee*), comitê técnico cujo intuito era responder as dúvidas de interpretações dos usuários em relação a essas novas normas (SEGET, 2008).

No dia 1 de abril de 2001 foi criado o IASB, que assumiu as responsabilidades técnicas do IASC e transformou progressivamente os IAS em novos padrões internacionais, e alterou o SIC para IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*), com a mesma função do comitê anterior.

No ano de 2003 o órgão publica o primeiro pronunciamento contábil, chamado de IFRS, no qual tem o objetivo de desenvolver, com base em princípios claramente articulados, um conjunto único de normas de contabilidade de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente (IFRS, 2011), esse conjunto é composto por IFRS, IAS, IFRIC e SIC (CFC, 2006).

1.2. Normas Internacionais no Brasil

No Brasil, fato determinante para viabilizar a adoção as IFRS, foi a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que se tornou o órgão responsável pela emissão de normas de contabilidade no País. Essa entidade vem rapidamente traduzindo e publicando as normas internacionais, as quais têm sido prontamente aprovadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e também pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e outros órgãos reguladores (SOUZA, 2009, p.15).

Essas mudanças foram adotadas por empresas abertas de todo o Brasil, primeira fase em 2008 e a segunda fase em 2010, o que tornou possível de observação e análise a variação dos itens das demonstrações financeiras assim como as perspectivas dos profissionais da área contábil e dos *stakeholders* em relação a essas mudanças.

Grecco, Formigoni e Geron (2010), apontam que na fase inicial foi possível identificar aumento no índice de conservadorismo das empresas abertas.

Além disso as expectativas dos profissionais contábeis da época apontavam para uma mudança difícil de ser gerenciada, principalmente pelos custos envolvidos e pela grande subjetividade exigida do profissional contábil, porém com grandes chances de os benefícios superarem as dificuldades de sua implantação (GRECCO et al., 2013) e (IUDÍCIBUS, MARTINS: GELBCKE, 2008, p. 32).

Isto devido ao fato de a convergência as normas internacionais de contabilidade, aceitos como de alta qualidade, influenciarem na percepção da confiabilidade da informação contábil (GRECCO et al., 2013).

1.3. Informação Contábil e o Mercado de Capitais

O mercado de capitais, por sua vez, desempenha papel relevante no processo de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, crescimento da indústria e aumento da possibilidade de gerar maiores retornos para os seus investidores, uma vez que se trata de um dos principais mecanismos adotados pelas empresas para financiar sua infraestrutura, pois permite o fluxo de capital de quem poupa para quem necessita de recursos para investimento produtivo (LOPES; ANTUNES; CARDOSO, 2007, p. 44-70).

Isto através de investimento, que, de acordo com o CPC 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto) e o CPC 31

(Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas), podem acontecer de duas maneiras: a entidade poderá receber investimentos permanentes, denominados investimento direto; e não permanentes, geralmente de carácter especulativo.

Motta (2001, p.3) relata que aspectos de natureza política, institucional, econômicas e sociais, influenciam as decisões dos agentes econômicos sobre o quanto e onde investir, bem como as suas expectativas de retorno e sua confiança no futuro. Isto devido à assimetria informacional existente entre administradores e investidores, que é considerado fator relevante para definir a eficiência do mercado (ALBANEZ; VALLE; CORRAR, 2012, p.100-102).

As demonstrações financeiras são mecanismos importantes para reduzir essa assimetria (PONTE; OLIVEIRA, 2004, p. 18-19), uma vez que, segundo o CFC, o objetivo da contabilidade é prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações.

Segundo Grecco (2014, p. 2) o crescente movimento de investimentos estrangeiro direto, principalmente nos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que em 2012 apresentou crescimento de 20%, exige que as empresas sejam cada vez mais dinâmicas e transparentes, com o objetivo de atender aos usuários das informações em suas necessidades de forma idônea e objetiva.

Com o intuito de melhorar a qualidade dessas informações em um mercado globalizado, foi estabelecido um conjunto de reformas, práticas de governança e comunicação financeira, entre as quais estão as IFRS (ZEHRI; CHOUAIBI, 2013), que de acordo com Peleias e Bacci (2004, p. 47) buscam dentro do contexto da economia global um entendimento único nos termos, princípios, normas e formas de apresentação das Demonstrações Contábeis, para que os diversos usuários possam realmente entendê-las, interpretá-las e compará-las, em um contexto de transparência e mensuração comum a todos.

Sendo assim, a qualidade da informação contábil tornou-se um ingrediente importante no desenvolvimento e na eficiência dos mercados de capitais, no qual o seu principal desafio é facilitar as operações de mercados de capitais em funcionamento, protegendo assim os investidores (ZEHRI; JAMEL, 2003, p. 3).

Isso promove um ambiente propício a investimentos, disponibilizando às empresas recursos que possibilitam o seu crescimento, tais como crédito e financiamento, que gere

empregos e retorno as companhias, promovendo assim o desenvolvimento econômico, que define pelo aumento da produtividade e a reorganização racional da produção, que passa a ocorrer sistematicamente com o advento da industrialização e do capitalismo. O que gera retorno aos acionistas, que tornam a investir, formando assim um ciclo virtuoso (PEREIRA, 1992, p. 6-12).

1.4. Novo Mercado: Fidedignidade das Informações Divulgadas ao Mercado

A relação, adoção as normas internacionais e o investimento direto no Brasil, só será possível se garantido a adoção as IFRS pelas empresas analisadas, por isso é importante ser tratado o conceito de Novo Mercado neste artigo.

Essa categoria de mercado faz parte da BM&F Bovespa e teve início no ano de 2000. Trata-se de um grupo de empresas que possuem práticas de governança corporativa superior as demais, chegando a ser além do exigido pela legislação brasileira. A partir do ano de 2002, as empresas tornaram-se padrões de transparência em suas Demonstrações Financeiras além de apresentarem maior liquidez no mercado de capitais (PROCIANOY; VERDI, 2009, p.131, 132).

1.5. Demonstrações Financeiras

A Lei 6.404/76, das Sociedades por ações, e posteriores alterações, assim como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis determinam quais peças contábeis devem ser publicadas pelas companhias de capital aberto, entre as quais estão o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração da Mutações do Patrimônio (DMPL), importantes fonte de informação para o tema abordado nesta pesquisa, isto devido à relevância dessas demonstrações para análise de desempenho das companhias.

Segundo Marion (2009) o Balanço Patrimonial possui como objetivo apresentar, em uma determinada data, a posição contábil, financeira e econômica de uma entidade, a Demonstração do Resultado, como o próprio nome já diz, apresenta o resultado apurado pela companhia, enquanto que a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as variações provocadas pelos sócios e pela operação da entidade. O que os tornam importantes relatórios capazes de informar a saúde financeira e econômica da companhia.

Portanto, essas demonstrações possuem informações que são exploradas nesse artigo afim de analisar se houve um aumento de investimento no Brasil, após adoção as IFRS.

1.6. Questão de Pesquisa

As pesquisas anteriores, conforme revisão bibliográfica exposto, afirmam que a adoção as IFRS aumentam o grau de confiabilidade das demonstrações financeiras e com isso a credibilidade das empresas perante aos investidores, por isso, esse estudo possui como questão de pesquisa a ser confirmada ou negada a seguinte afirmação:

A1: A adoção das IFRS está positivamente associada ao aumento do investimento direto no Brasil.

2. Procedimentos Metodológicos

2.1. Tipo de Pesquisa

Este estudo caracteriza-se, por sua natureza, como descritiva e explicativa, pois, segundo GIL (1991, p. 41-42) a primeira visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, o que aprofunda o conhecimento da realidade e explica a razão, do “porquê” das coisas, enquanto que a segunda visa descrever as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto ao método é quantitativo na análise dos dados, pois busca traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las e, para isso, requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005, p.20-21).

2.2. População e Amostra

Na aplicação da pesquisa, a população definida considera companhias de capital aberto listada na BM&F Bovespa participantes do Novo Mercado, grupo de entidades com alto nível de qualidade em suas informações financeiras. Isto devido a necessidade de capturar apenas empresas que tenham adotado as IFRS. No que resultou em um total de 132 companhias, das quais foram pré-selecionadas 83 para composição da amostra.

Esta foi definida a partir das companhias que possuam capital estrangeiro em sua estrutura societária na data de realização da pesquisa, efetuada em 16 de novembro de 2014 através do site econoinfo.

Foram excluídas da análise entidades com aporte de capital elevado (acima de 10.000%) nos períodos em análise, as instituições financeiras e as companhias que iniciaram suas atividades após 2007, isso reduziu a amostra para 72 companhias.

É importante destacar que dessas 72 empresas 9 possuíam capital estrangeiro na data da pesquisa (16 de novembro de 2014) e nos anos de 2013, 2012, 2011, 2007, 2006 e 2005 apresentam apenas capital nacional.

2.3. Coleta de Dados

Para coleta de dados foram extraídas dos sites BM&F Bovespa, CVM, de indicadores financeiros e das companhias em análise a composição do capital acionário, o total do Patrimônio Líquido, o Resultado Abrangente, o Lucro/Prejuízo do Período, o Dividendo, o Juros sobre Capital Próprio, o Empréstimo e Financiamento de Curto e de Longo Prazo, a Despesa Financeira, o Beta, a CDI e o iBovespa, conforme Quadro 1, referentes às empresas que compõe a amostra.

Quadro 1: Empresas da Amostra

Informação	Origem
Nacionalidade do Controlador	Fornulário de Referência e Histórico Empresarial
Patrimônio Líquido Consolidado	Balço Patrimonial (Demonstração Financeira do Período)
Resultado do Abrangente Consolidado do Período	Calculado a partir da Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Demonstração Financeira do Período)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	Demonstração do Resultado do Exercício (Demonstração Financeira do Período)
Dividendos	Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Demonstração Financeira do Período)
Empréstimos e Financiamentos	Balço Patrimonial (Demonstração Financeira do Período)
Despesas Financeiras	Demonstração do Resultado do Exercício (Demonstração Financeira do Período)
Taxa CDI	Site istoedinheiro.com.br/pt/indices-financeiros - Acumulado Anual referente a 2013
Taxa iBovespa (Rm)	Site: bmfbovespa.com.br/indices/ResumoTaxaMediaCrescimento - Média de todos os anos, desde o início da medição do índice
Beta	Site br.investing.com/equities/aliante-on-nm

Fonte: Elaborado pelos autores (2015)

Esses dados foram coletados no período que compreende os três anos anteriores a adoção as IFRS (2005, 2006 e 2007) e os três anos após a adoção as IFRS (2011, 2012 e 2013), isso para que seja possível uma comparação e visualização da evolução da variação do investimento considerando uma janela de evento.

2.4. Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados da variação do investimento direto estrangeiro após a adoção as IFRS, foi realizado, primeiramente, com a apuração da presença do capital estrangeiro no Brasil, para isso foi comprado o total de empresas com capital estrangeiro em sua estrutura societária no período dos três anos anteriores a adoção as IFRS (2005, 2006 e 2007) em relação aos três anos após a adoção as IFRS (2011, 2012 e 2013).

Em seguida foi realizado o cálculo do investimento, isto através da variação do Patrimônio Líquido (Patrimônio Líquido Final subtraído do Patrimônio Líquido Inicial) deduzido o Resultado Abrangente do Período e o Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, isto devido ao primeiro representar o investimento da entidade e os demais a mutação do

Patrimônio não derivado de transações com os sócios, sendo assim é possível apurar o investimento líquido dos sócios, pois não considera o resultado operacional da companhia (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010, p. 4).

Seguindo essa linha de raciocínio foi analisado o reinvestimento, que representa a parcela do capital advindo do resultado operação não retirado da companhia e sim utilizado para financiar as duas operações e investimentos, que se trata do Lucro Líquido do Período subtraído o Dividendos e o Juros sobre Capital Próprio.

Com a finalidade de classificar a amostra e assim enriquecer a análise, facilitando o entendimento dos dados, foi incluído na pesquisa o CPM (Custo Ponderado de Capital), seu cálculo foi obtido por meio da média ponderada entre capital de terceiros e próprios e seus devidos custos.

2.5. Análise dos Resultados

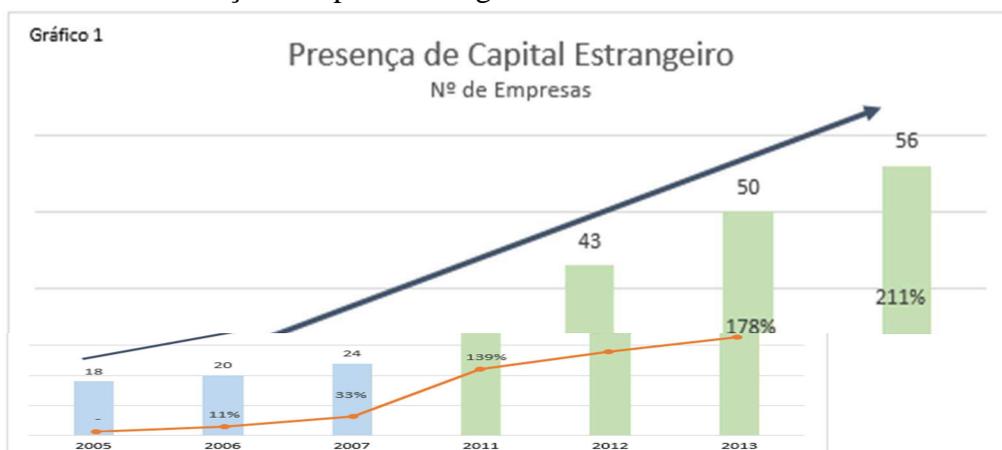
A evolução da presença do capital estrangeiro no Brasil nos três anos anteriores a adoção as IFRS (2005, 2006 e 2007) em relação aos três anos após (2011, 2012 e 2013) estão relacionadas no Quadro 2 e representados no Gráfico 1.

Quadro 1 - Variação da Presença de Capital Estrangeiro						
Item / Ano	2005	2006	2007	2011	2012	2013
Presença de Capital Estrangeiro	18	20	24	43	50	56
Percentual de Crescimento	-	11%	33%	139%	178%	211%

* Número de Empresa c/ Capital Estrangeiro

Fonte: Elaborado pelos autores (2015)

Gráfico 1: Presença do capital estrangeiro



Fonte: os autores (2015)

Nota-se que no ano de 2013 a participação de capital estrangeiro no país cresceu 211% em relação a 2005, e é importante destacar que a partir de 2011, período em que as empresas já apresentavam suas demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS, a escala de crescimento passou a navegar na casa dos 100%, quando comparado a períodos em que não havia se adotado essas normas.

Percebe-se, conforme Gráfico 2, que esse crescimento tem origem, principalmente, da América, seguida da Europa, enquanto que a Oceania e a Ásia só apresentam investimentos no Brasil a partir de 2011, não foi observado investimento advindo do continente africano.

Gráfico 2: Presença do capital estrangeiro - Origem



Fonte: os autores (2015)

No Gráfico 3 é possível verificar, que após a adoção as IFRS a amostra apresenta um maior volume de companhias com capital estrangeiro, a variação do investimento comparado a 2005 apresenta um alto grau de aplicação de recurso em 2007.

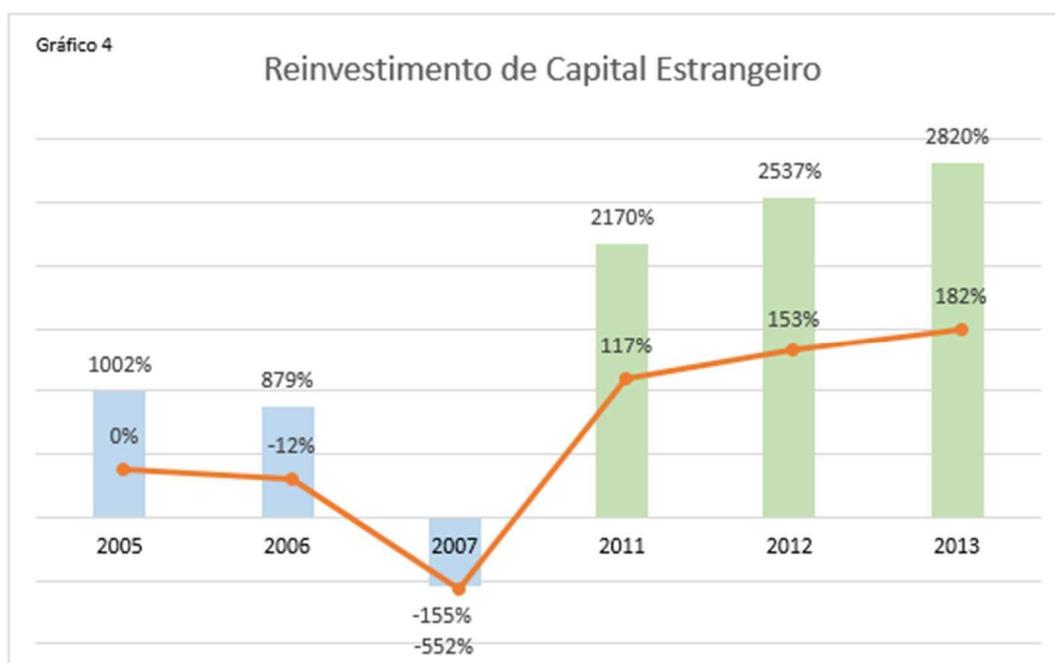
Gráfico 3: Investimento de capital estrangeiro.



Fonte: os autores (2015)

No Gráfico 4 é possível observar que o reinvestimento, resulta operacional não destinado aos sócios e sim reinvestido na companhia, representa um movimento inverso, os que possuem maior aplicação de recursos são os três anos após a adoção as IFRS.

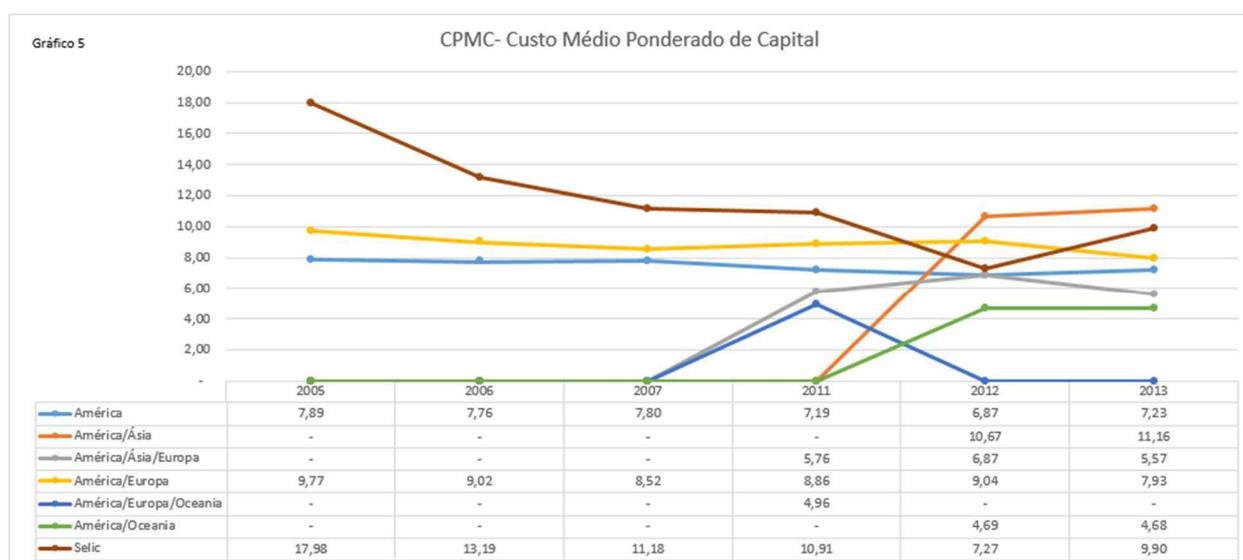
Gráfico 4: Reinvestimento do capital estrangeiro



Fonte: os autores (2015)

O Gráfico 5 ilustra a movimentação do custo de capital das entidades em análise e demonstra elevadas variações após adoção as IFRS, o que caracteriza a existência de grandes mudanças na sua estrutura de capital.

Gráfico 5: CPMC –Custo Médio Ponderado de Capital



Fonte: os autores (2015)

3. Conclusão

Nos anos de 2005 a 2007, o Brasil trabalhava com uma política econômica expansionista, na qual, sob a gestão do presidente Lula, foi marcada por um processo de crescimento do produto, com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria (CURADO, 2011, p.102). Nesse período foi possível observar que o PIB evoluiu em 3,1% no ano de 2005, no ano seguinte para 4%, e em 2007 para 6%.

As empresas brasileiras integrantes da amostra, com investimento do exterior oriundos dos seguintes continentes: América, Ásia, Europa e Oceania, teve o aumento de capital de 555% em 2005, acompanhando o crescimento do Brasil, no ano de 2006 houve uma variação crescente comparada ao ano anterior atingindo os 929%, o mesmo ocorreu

em 2007 saltando para 2780%, em todos esses anos citados o maior investidor foi a América com 2381% investido no ano de 2007.

O reinvestimento está centralizado em dois continentes, comparando o percentual de 2005 a 2007, houve uma variação positiva de 400% na América, a Europa se manteve de forma linear, e o reinvestimento em conjunto houve um aumento de 200%.

A adoção das IFRS no Brasil compreende o período de 2008 à 2010, após esse período a economia mundial se encontrava instável (BACEN. Relatório MERCADO INTERNACIONAL 2011).

A partir do ano de 2011, houve uma mudança no governo brasileiro, que é facilmente observável a partir da volatilidade do custo de capital, que antes desse período apresentava uma variação mínima e regular. Segundo os especialistas Barral e Bohrer (2011-2012, p.121) essas medidas poderiam afetar a confiabilidade do país, podendo tornar o processo de negociação mais moroso e impedir as exportações brasileiras aos mercados desenvolvidos.

No período de instabilidade do mercado mundial, observamos que nos anos de 2011 e 2012, houve uma queda no investimento do exterior nas empresas da amostra de 1473% para 309% respectivamente. Já no ano de 2013, esse investimento teve uma variação crescente de 200%, nesse ano em análise, verificou-se um aumento no PIB do Brasil de 0,9%, passando de 1,8% em 2012 para 2,7% em 2013.

No reinvestimento, foi possível analisar que em 2011 para 2013 houve um aumento na retenção do lucro nas empresas, ou seja, as empresas analisadas, distribuíram menos dividendos e reinvestiram seus lucros. As empresas passaram a reinvestir no ano de 2011 4300%, houve um aumento de 700%, passando para 5000% reinvestido em 2012, e para 5600% no ano subsequente.

Em síntese, observamos o comportamento da amostra, e verificamos que antes e após a adoção as IFRS, ou seja, nos anos 2005 a 2007 e 2011 a 2013, respectivamente, o investimento acompanhou a alta e a queda do PIB no Brasil e o cenário econômico mundial. No mesmo período analisado, o reinvestimento se comportou de forma crescente, com percentuais elevados de reinvestimento nos anos após a adoção as IFRS, quando houve uma queda no investimento estrangeiro nas empresas brasileira integrantes na amostra.

Com relação ao investimento estrangeiro direto no Brasil, podemos observar que em 2005 havia 18 empresas que possuíam investimento estrangeiro, enquanto o ano de 2013 teve um crescimento de aproximadamente 211%, chegando a 56 empresas da amostra com investimento do exterior, houve também um aumento significativo no reinvestimento de 1300% de 2011 a 2013, desta forma, é possível concluir que mesmo com a instabilidade do cenário macroeconômico, as empresas estrangeiras mantiveram seu capital investido nas empresas brasileiras da amostra selecionada. Neste sentido, as evidências indicam que a adoção as IFRS são relevantes para o mercado de capitais brasileiro.

Futuras pesquisas podem ser realizadas a fim de verificar se o aumento do reinvestimento está associado a redução do investimento.

Referências

ALBANEZ, Tatiana; DO VALLE, Maurício Ribeiro; CORRAR, Luiz João. **Fatores institucionais e assimetria informacional: influência na estrutura de capital de empresas brasileiras.** Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, V. 13, n.2, p.100-102, mar/abr.2012.

BACEN, Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2011/12/ri201112c4p.pdf> Acesso em 30 de mai. 2015.

BARRAL, Welber; BOHRER, Carolina P. **A política comercial do governo Dilma Rouseff: primeiras impressões.** Revista Política Externa, São Paulo, V. 20, n. 3, p. 121, dez/jan/fev 2011-2012.

BMF&BOVESPA, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Serviços, Novo Mercado. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/cotacoeshistoricas/FormSeriesHistoricas.asp> > Acesso em 21 de nov. 2014.

BMF&BOVESPA, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Serviços, Novo Mercado. Disponível em: <http://bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentosde-listagem/novo-mercado.aspx?Idioma=pt-br#> > Acesso em 16 de nov. 2014.

BRASIL. Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União de Brasília. Dispõe sobre as sociedades por ações, Brasília, 17 de dezembro de 1976, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União de Brasília. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, Brasília, 28 de dezembro de 2007, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Diário Oficial da União de Brasília. Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, Brasília, 28 de maio de 2009, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 16 de dezembro de 1994. Resolução n.º 774, 16 de dezembro de 1994. item 1.4.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. ABRASCA se posiciona sobre a Instrução Normativa 1.397 da Receita Federal de 16/09/2013. Disponível em:

<<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=10650>>. Acesso em 10 de out. de 2014.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Sumário da Comparação das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, Janeiro de 2006. Disponível em:
<<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/sumario.pdf>> Acesso em 22 de out. de 2014.

CHOI, Frederick D. S.; FROST, Carol Ann; MEEK, Gary K.. **Internacional Accounting**. Upper Saddle River. Prentice-Hall, 1999. p. 250.

CPC, Comissão de Pronunciamentos Contábeis. Conheça o CPC. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>> Acesso em 20 de out. 2014.

CPC, Comissão de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> Acesso em 12 de out. 2014.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Economia & Tecnologia, Paraná, V. especial, p. 102, 2011.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-SEP1_2007.asp#1.12> Acesso em 12 de out. 2014.

FARIAS, Lediane Fernandes de. **O Reflexo das Alterações da Lei nº 6.404/76 nos Índices Econômico- Financeiros das Empresas**. 2010. Trabalho de Diplomação (Ciências Contábeis)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. Atlas, 1991. p. 4142.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio; GERON, Cecília Moraes Santostaso; FORMIGONI, Henrique; SEGURA, Liliane Cristiane. **Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais**. Enfoque, Paraná, v. 32, n. 3, p. 111-128, setembro/dezembro 2013.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. **Valor Adicionado e Investimentos Diretos no Brasil**. Associação do Conselho do Arouca, p. 2-14, 2014.

HENDRIKSEN, Elton S.; BREDA, Michael Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo. Atlas, 1999. p. 554.

IFRS, International Financial Reporting Standards. About us, about the organization, IFRS Foundation, Who We Are and What We Do. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Aboutus/Pages/Who-We-Are.aspx>> Acesso em 19 de out. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações: Aplicável às Demais Sociedades**. São Paulo. Atlas, 2000. p. 3, 4 e 508.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável a Todas as Sociedades**. São Paulo. Atlas, 2010. p. 14-15.

LOPES, Carlos Fernando L. R.; CARDOSO, Marco A. S.; ANTUNES, Luanda P. **Financiamento de Longo Prazo: Mercado de Debêntures e Programa de Emissão de BNDESPAR**. Revista do BNDS, Rio de Janeiro, C14, N 27, p. 44-70, jun/2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo. Atlas, 2009. p. 55-56.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. **Uma Análise da Relação entre Mercado de Capitais e Desenvolvimento**. Brasília - DF. Camera do Deputados, 2001. p. 3.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. **Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade**. Revista Administração On Line – FECAP, São Paulo, N. 3, P. 39-54, jul./ago./set. 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento econômico e o empresário: ao inovar e executar a reorganização dos fatores de produção, o empresário torna-se o grande propulsor de uma economia em expansão**. Revista Administração de Empresas, São Paulo, V. 32, N. 3, P. 6-12, jul./ago. 1992.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras**. Revista de contabilidade & finanças, São Paulo, N. 36, p.18-19, set/dez. 2004.

PROCIANOY, Jairo Laser; VERDI, Rodrigo S. **Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 – Determinantes e Consequências**. Revista Brasileira de Finanças, v.7, n.1, p.107 - 136, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis. UFSC, 2005. p. 20-21.

SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 2008 Rio de Janeiro.

Anais... Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2008.

SOUZA, Ricardo Garcia de. **Normas Internacionais de Contabilidade: Percepções dos Profissionais quanto às barreiras para sua adoção no Brasil**. 2009. Tese (Mestre em Administração de Empresas) - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2009.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional**. São Paulo. Atlas, 2005. 240 P.

YOUNG, Ernest; FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileira**. São Paulo. Atlas, 2009. p. 240.

ZEHRIA, Fatma; JAMEL, Chouaibib. **Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by the developing countries**. Journal of Economics, Finance and Administrative, Lima, N. 35, P. 3, 2003.